

21 DE MARÇO DE 2023

4ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidência: GILMACI SANTOS

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE
1 - GILMACI SANTOS
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - CARLOS GIANNAZI
Por inscrição, faz pronunciamento.
3 - DR. JORGE DO CARMO
Por inscrição, faz pronunciamento.
4 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Endossa o pronunciamento do deputado Dr. Jorge do Carmo.
5 - RÔMULO FERNANDES
Por inscrição, faz pronunciamento.
6 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Dá boas-vindas ao deputado Rômulo Fernandes.
7 - DONATO
Por inscrição, faz pronunciamento.
8 - REIS
Por inscrição, faz pronunciamento.
9 - LUIZ CLAUDIO MARCOLINO
Por inscrição, faz pronunciamento.
10 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Cumprimenta autoridades de Bananal, presentes em plenário.
11 - PROFESSORA BEBEL
Por inscrição, faz pronunciamento.
12 - GUTO ZACARIAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
13 - EDUARDO SUPLYCY
Por inscrição, faz pronunciamento.
14 - SÓLANGE FREITAS
Por inscrição, faz pronunciamento.
GRANDE EXPEDIENTE
15 - ANDRÉA WERNER
Por inscrição, faz pronunciamento.
16 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Endossa o pronunciamento da deputada Andréa Werner quanto ao apoio das pessoas com deficiência e suas famílias. Parabeniza a deputada pelo início de seu mandato nesta Casa.
17 - ATILA JACOMUSSI
Por inscrição, faz pronunciamento.
18 - ITAMAR BORGES
Por inscrição, faz pronunciamento (apartado pelo deputado Carlos Giannazi e pela deputada Beth Saão).
19 - DONATO
Por inscrição, faz pronunciamento.
20 - VALDOMIRO LOPES
Por inscrição, faz pronunciamento.
21 - ANA PERUGINI
Por inscrição, faz pronunciamento.
22 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento
23 - VITÃO DO CACHORRÃO
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
24 - BETH SAHÃO
Para comunicação, faz pronunciamento.
25 - CONTE LOPES
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
26 - THAINARA FARIA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
27 - EDUARDO SUPLYCY
Para comunicação, faz pronunciamento.
28 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Tece comentários sobre o pronunciamento do deputado Eduardo Suplicy acerca da inscrição de Comissões Parlamentares de Inquérito.
29 - PAULA DA BANCADA FEMINISTA
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
30 - MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS
Para comunicação, faz pronunciamento.
31 - DR. JORGE DO CARMO
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
32 - PROFESSORA BEBEL
Para comunicação, faz pronunciamento.
33 - LETÍCIA AGUIAR
Pelo art. 82, faz pronunciamento.
ORDEM DO DIA
34 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Coloca em votação o PDL 1/23.
35 - TEONILIO BARBA
Para comunicação, faz pronunciamento.
36 - GUILHERME CORTEZ
Encaminha a votação do PDL 1/23, em nome do PSOL.
37 - DONATO
Encaminha a votação do PDL 1/23, em nome do PT.
38 - CAIO FRANÇA
Encaminha a votação do PDL 1/23, em nome do PSB.
39 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Coloca em votação e declara aprovado o PDL 1/23.
40 - DR. JORGE DO CARMO
Para comunicação, faz pronunciamento.
41 - MILTON LEITE FILHO
Solicita o levantamento da sessão, por acordo de lideranças.
42 - PRESIDENTE GILMACI SANTOS
Defere o pedido. Convoca os Srs. Deputados para a sessão ordinária de 22/03, à hora regimental, com Ordem do Dia. Levanta a sessão.
* * *
- Assume a Presidência e abre a sessão o Sr. Gilmaci Santos.
* * *
- Passa-se ao

PEQUENO EXPEDIENTE

* * *
O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Presente o número regimental de Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos. Esta Presidência dispensa a leitura da Ata da sessão anterior e recebe o expediente.
Vamos iniciar já convidando os nobres deputados para fazer o uso da tribuna no Pequeno Expediente. O primeiro orador inscrito é o nobre deputado Jorge Wilson Xerife do Consumidor. (Pausa.) Deputado Carlos Giannazi.
Tem V. Exa. o tempo regimental no Pequeno Expediente, nobre deputado.
O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Sras. Deputadas, público aqui presente, telectador da TV Assembleia, nós estamos perplexos, estarrecidos aqui na Assembleia Legislativa com as notícias que estão sendo publicadas pela imprensa.
Está no Painel da Folha, está no site Metrópoles, enfim, que o governador Tarcísio de Freitas, não contente em já ter construído uma maioria absoluta aqui dentro da Assembleia Legislativa, com quase 70 deputados na base de sustentação do governo, dando continuidade ao que nós chamamos aqui de “puxadinho do Palácio dos Bandeirantes” - porque a Assembleia Legislativa há muitos anos tem um puxadinho, uma extensão, um cartório que apenas homologa as decisões dos governos de plantão na época das gestões do PSDB, de Mário

Covas, de Alckmin 1, de Alckmin 2, de Serra, de Goldman, de Doria, de Rodrigo Garcia...
E o atual governador, Tarcísio de Freitas, está dando continuidade porque ele já transformou a Assembleia Legislativa em um verdadeiro puxadinho. Esse é um dado que é importante, que já é grave.

Mas, não contente com isso, ele agora está anunciando que enviará uma proposta, uma PEC aqui para a Assembleia Legislativa instituindo, no estado de São Paulo, a medida provisória, ou seja, um AI-5, um Ato Institucional nº 5 na Assembleia Legislativa - um absurdo total.

Para quem não sabe, refiro-me aqui ao AI-5, mas foram vários atos institucionais do regime militar, da ditadura empresarial-militar, que foi de 1964 a 1985. Os militares fizeram vários, foram 17 atos institucionais.

O mais grave foi, sem dúvida, o AI-5, Sr. Presidente, é disso que se trata. O governador Tarcísio de Freitas está plantando na Assembleia Legislativa de São Paulo um AI-5 para calar, para colocar uma mordaça aqui na Assembleia Legislativa e impedir qualquer tipo de obstrução, de movimentação.

Ele está alijando a Assembleia Legislativa da sua função de legislar, de fiscalizar, de representar de fato os interesses dos quase 45 milhões de habitantes do estado de São Paulo.

Só que não vai passar, Sr. Presidente, não há PEC, eu duvido. Vai ter muita resistência aqui dentro e eu creio que ele esteja já preocupado em mandar essa PEC para a Assembleia Legislativa porque ele está com péssimas intenções.

A primeira delas é com a privatária bolsotucana, que ele já anunciou também que vai enviar vários projetos aqui privatizando a Sabesp, a Emae, rodovias... Como ele fez enquanto ministro do Bolsonaro, quando ele privatizou portos, aeroportos e rodovias.

Então vem aí uma verdadeira privatária bolsotucana que vai passar aqui - uma parte dela - pela Assembleia Legislativa.

A outra medida que ele já anunciou também, que é tão terrível quanto e nos preocupa bastante, é a famosa reforma administrativa. Lembrando que o Doria já fez a reforma administrativa; uma, inclusive, reforma devastadora, que destruiu o funcionalismo público estadual, retirando até as faltas abonadas, com a complacência aqui da base governista.

Mas não contente com isso, ele vai enviar uma outra reforma, logicamente, para acabar com o quinquênio, com a sexta-parce, com a licença-prêmio e liquidar de vez os direitos dos nossos servidores. É por isso que ele vai baixar o AI-5 porque ele não vai conseguir aprovar esses projetos. Vai ser difícil, porque vai ter muita resistência dentro da Assembleia Legislativa e fora também, com muitas manifestações contrárias.

Então, quero repudiar, veementemente, Sr. Presidente, essa proposta que será encaminhada. Espero que não venha à Assembleia Legislativa. Espero que o governo repense essa proposta, até porque esse governo já tem maioria.

O governo já amordaçou: já controla a Assembleia Legislativa, vai controlar as comissões, vai controlar as CPIs e vai controlar a pauta de votação. Não há motivo para que a gente retroceda dessa maneira, com a implantação no estado de São Paulo da famigerada e autoritária medida provisória. Para nós, um AI-5.

Então, Sr. Presidente, para concluir: haverá resistência aqui dentro da Assembleia Legislativa e fora também, contra essa proposta autoritária e fascista, Sr. Presidente, de acabar com o mínimo que temos aqui de movimentação dentro da Assembleia Legislativa de São Paulo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Carlos Giannazi. Com a palavra o deputado Enio Tatto. (Pausa.) Deputado Dr. Jorge do Carmo. Vossa Excelência tem o tempo regimental no Pequeno Expediente.

O SR. DR. JORGE DO CARMO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público da TV Alesp, assessores aqui presentes, antes de iniciar a minha fala, quero saudar meus colegas deputados: deputado Donato - Antonio Donato, um grande vereador - que hoje é nosso deputado, junto com a nossa bancada, o nosso sempre senador, deputado Eduardo Matarazzo Suplicy, Rômulo Fernandes, Marcolino de volta a esta Casa...
Suplicy de volta aqui depois de 40 anos, nosso deputado - um prazer, viu, professor Suplicy? -, e a todos vocês. Em nome de quem eu quero saudar a bancada do PSOL, as outras bancadas, todos os deputados e deputadas que estão de volta e os que estão pela primeira vez aqui.

Dizer, Sr. Presidente, que hoje participei do Colégio de Líderes e, um assunto que ao longo da 19ª Legislatura, insistimos e persistimos para que esta Casa constituísse uma Comissão Permanente de Habitação.

Por que falo isso? Porque o estado de São Paulo... Só a capital de São Paulo, por si só, já tem tanta demanda, mas o estado de São Paulo tem tanta demanda, do ponto de vista de regularização fundiária, produção de habitação, reforma urbana...

Tem tanta demanda de habitação e, eu achava que, sinceramente, era absurdo um parlamento, o maior Parlamento da América Latina, com a grandiosidade de demandas e problemas que nós temos da habitação, haja vista o que aconteceu, recentemente, e todos os anos se repete, que são as enchentes, as catástrofes aqui do nosso Estado... E esta Casa não ter uma comissão que debata, discuta, encaminhe, proponha, analise projetos sob essa questão de habitação, deputado Rômulo.

Por isso, insistentemente, conversamos entre os líderes e, no final do ano acabou não dando certo de aprovarmos um projeto de resolução. Mas, hoje, no Colégio de Líderes, o presidente encaminhou isso e disse que vai pautar. Eu acho de suma importância, porque tem o Projeto de Resolução nº 06, de 2023, que versa sobre a criação da Comissão Permanente de Habitação e Reforma Urbana.

Por isso, Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu faço muito, muito gosto que essa comissão prospere. Quero muito participar dela porque nós temos muito o que tratar, dialogar aqui sobre essa questão de habitação e desenvolvimento urbano ou reforma urbana. E nesse sentido eu quero repudiar porque nós tivemos aqui, deputadas e deputados, no governo anterior, a aprovação da extinção da CDHU.

Imagine você, enquanto a gente vê déficit habitacional, a própria CDHU construindo conjuntos habitacionais de forma irregular, porque ela mesma se autofiscaliza.

Procurem diversos conjuntos habitacionais que têm no estado de São Paulo construídos pela CDHU e perguntem para os mutuários: "Você tem escritura? Você tem segurança jurídica?".

A resposta vai ser não. E mais que isso: "Você tem expectativa de que vai ter?". A resposta também será não. Por isso e por tantas outras demandas que nós temos além do déficit habitacional, como já repeti, que se faz necessário esta Casa se debruçar numa comissão permanente de Habitação e Desenvolvimento Urbano.

Por isso, Sr. Presidente, quero reiterar a importância. Vamos votar esse Projeto de resolução nº 6, de 2023, neste plenário. Esperamos que não haja obstrução, dada a importância e a necessidade dessa pauta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Jorge do Carmo. Dr. Jorge do Carmo, queria só compartilhar com V. Exa. também a alegria de poder ouvir isso do Colégio de Líderes, do presidente, haja vista que este deputado no último Colégio de Líderes da legislatura passada defendeu a criação dessa comissão. Achamos sim importantíssimo. Tem o nosso apoio para que isso aconteça, Dr. Jorge.

O próximo orador inscrito é o deputado Major Mecca. (Pausa.) Deputada Edna Macedo. (Pausa.) Deputado Delegado

Olim. (Pausa.) Delegada Marta Costa. (Pausa.) Deputado Lucas Bove. (Pausa.)

Deputado Rômulo Fernandes, tem V. Exa. o tempo regimental de até cinco minutos na tribuna.

O SR. RÔMULO FERNANDES - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, queria agradecer a oportunidade. Gilmaci, a gente está estreando aqui neste microfone, neste Parlamento. Então, primeiro, o meu orgulho de estar na Assembleia Legislativa de São Paulo, o maior Parlamento da América Latina.

Orgulho-me muito disso, representando o Partido dos Trabalhadores com uma forte bancada. A gente é da cidade de Mauá.

Fui vereador por dois mandatos lá; a gente foi secretário de Planejamento Urbano, secretário do Meio Ambiente.

Então, queria primeiro agradecer imensamente a todos os eleitores que me propuseram a fazer isso e principalmente ao Partido dos Trabalhadores, onde eu estou desde 1982. Então para mim é um orgulho danado estar aqui e a gente tem alguns desafios neste mandato.

E um dos desafios que a bancada do Partido dos Trabalhadores tem muito claramente é que nós seremos oposição a esse governo. E o deputado que me antecedeu, o Giannazi, já falou algumas coisas aqui. É um governo que vai girar em torno da privatização. Já deu sinais claros disso e a gente está dando sinais claros também com relação a nossa posição e a nossa oposição a esse governo.

Ele já deu sinais claros com relação à Sabesp. Já deu sinal claro com relação ao ensino público. Já deu sinal claro com relação ao transporte público, à ineficiência que tem.

Já deu sinais claros de outras coisas com relação à reforma administrativa e à mudança do estatuto que ele tem falado. Nós seremos oposição a esse governo e a gente não vai permitir nenhum direito a menos.

A gente queria deixar claro aqui. Eu sou da cidade de Mauá e queria fazer um pedido e um alerta aqui para o secretário de Saúde, o Eleuses. A nossa cidade de Mauá tem um hospital chamado Hospital Nardini, Donato, e a gente atende ali por ano mais ou menos quase 400 mil pessoas.

No Governo do Estado a Saúde é tripartite. Você tem o governo federal, o governo do estado e o município. Até hoje o Governo do Estado de São Paulo não mandou um centavo para o nosso hospital, nem um real.

Então eu queria fazer um apelo aqui: a gente já mandou comunicação para o secretário Eleuses, para a gente ter essa participação. O Governo do Estado antigamente contribuía com essa repartição de custeio na faixa de um milhão e meio, e desde dezembro não manda um centavo.

Quero fazer um apelo ao nosso governador e ao nosso secretário para que olhem com muito carinho. O Hospital Nardini hoje atende Mauá, Ribeirão, Rio Grande da Serra, parte de todos os acidentes dos rodoanéis e a gente está com muita dificuldade. Então, eu queria fazer esse apelo para vocês, para o Governo do Estado.

Por último, falar do segundo desafio, que é a defesa do governo Lula. É um governo que encontrou, quando nós chegamos no Governo Federal, a gente encontrou uma série de problemas, não é?

E aí, desde mais de 14 mil obras paradas, uma situação vergonhosa com relação à questão ambiental, uma situação vergonhosa quando a gente vê quase 39 mil vacinas vencidas. A gente tem esse outro desafio. O Governo Federal agora já deu sinais claros de a que veio. A gente já começou a resgatar o Minha Casa, Minha Vida, um projeto tão importante; a questão do Bolsa Família.

Por incrível que pareça, Marcolino, a gente saiu da fila do osso e voltou para a fila da picanha. Isso é uma coisa de que a gente tem que se orgulhar muito. Este país vai voltar a sorrir, e esta Bancada - eu tenho orgulho de estar presente - vai ser uma trincheira de resistência e de luta. Por isso me orgulho de estar aqui e a gente ser intransigente na democracia.

Muito obrigado, presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Rômulo Fernandes. Parabéns pela eleição, parabéns, seja bem-vindo à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo. O próximo orador inscrito é o deputado Donato. Tem V. Exa. o tempo regimental, deputado.

O SR. DONATO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, todos os que nos acompanham pela TV Alesp e pelas redes sociais da Assembleia Legislativa, é a primeira vez que eu assomo a esta tribuna, e minhas primeiras palavras só podem ser de agradecimento: agradecimento aos eleitores, 88.022 votos, eleitores e eleitoras, todos aqueles que acreditaram na nossa representação, que nos ajudaram, que participaram das reuniões, que compartilharam posts, que de alguma forma colaboraram para essa vitória para que a gente pudesse estar aqui nesta tribuna os representando.

Sr. Presidente, é evidente que na eleição se define quem é situação e quem é oposição, não é uma escolha nossa. É uma escolha do povo. Estamos aqui na Bancada de Oposição porque o povo escolheu um outro projeto para comandar o Estado, que a gente tem profundas diferenças.

Mas a oposição tem um papel fundamental na democracia, na fiscalização, em apresentar propostas, em fazer o debate. E eu queria expressar uma preocupação, Sr. Presidente. Gostaria de fazê-la ao presidente André do Prado também diretamente, mas eu sei que o senhor pode levá-la a ele.

A Mesa anterior ainda teve uma decisão madura de adiar o protocolo de CPIs e frentes parlamentares para o dia 23 próximo, permitindo que novos deputados e novas deputadas, como eu, como a Thainara, como outros colegas que estão aqui, pudessem ter tempo de se articular, de conversar com os colegas, de conhecer os colegas e apresentar as razões para apresentarem as suas frentes parlamentares e as suas CPIs.

Fomos surpreendidos hoje com uma fila já no relógio, uma tradição da Casa que é uma tradição ruim, na minha opinião. É uma tradição muito ruim. Eu fui vereador 18 anos na cidade de São Paulo. Passei pelo governo Serra, pelo governo Kassab, pelo governo Haddad, pelo governo Doria, pelo governo Covas e pelo governo Ricardo Nunes.

Nesses 18 anos, como situação ou como oposição, existia um entendimento sobre as CPIs, não era quem se abraçasse no relógio, primeiro. Isso é fora da política esse tipo de prática, e aqui foi usada para sufocar a oposição. A CPI, e o próprio Supremo Tribunal Federal já consagrou isso, é um instrumento principalmente da minoria.

É o principal instrumento de fiscalização sobre o Executivo. E, portanto, a gente não pode ser impedido de exercer esse instrumento. E se confirmar esse método aqui, querido Conte Lopes, que foi vereador comigo e que sabe do que eu estou falando, na Câmara Municipal oposição tinha direito a CPIs, e a situação também. Era feito algum balanceamento disso, isso numa negociação política, negociação no sentido positivo da palavra, no sentido amplo, transparente no Colégio de Líderes.

E a gente acha que é possível caminhar por esse instrumento aqui. Que a situação possa ter suas CPIs, natural, mas a oposição não pode ser impedida de ter CPI, de ter seu principal instrumento de fiscalização manietado.

Então, faço um apelo à Mesa Diretora, às lideranças dessa Casa e a todos os deputados e deputadas que, em suma, é quem decide. Apreendi sempre que o Plenário é soberano, para que a gente encontre uma saída para que a gente possa de fato ter instrumento de CPI como um instrumento também da oposição, não exclusivamente da oposição, mas também da oposição.

Eu tenho duas CPIs, na verdade eu tinha duas, uma eu já abri mão porque meu colega, Simão Pedro, vai apresentar uma CPI da Via Mobilidade, que é uma tragédia a concessão dos trens da antiga CPTM em São Paulo.

Hoje, mesmo quem é de Itapevi, para chegar a Júlio Prestes, está demorando meia hora a mais. Demorava 45 minutos, está demorando uma hora e 15 minutos. O número de acidentes que já ocorreu desde que a Via Mobilidade assumiu há quase dois anos a Linha 8 e 9 é muito superior ao que se tinha na época da CPTM. Então é uma concessão de péssima qualidade, investigada pelo Ministério Público e precisa ser investigada por esta Casa.

E eu vou ter oportunidade, no Grande Expediente, também de apresentar um pedido de CPI da concessão dos terminais, e no Grande Expediente vou explicar timent por timent como não é possível continuar essa concessão da maneira que está no Metrô de São Paulo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, nobre deputado Donato. Parabéns pela eleição de Vossa Excelência.

Convido agora, para fazer uso da palavra, o nobre deputado Reis.

O SR. REIS - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Cumprimentar todos os Srs. Deputados, Sras. Deputadas; cumprimentar o presidente, deputado Gilmaci; cumprimentar o público presente, os integrantes da Educação, os integrantes da Polícia Militar, os integrantes da Polícia Civil e todos aqueles que nos acompanham pelas redes sociais em suas residências pela Rede Alesp.

Quero comunicar a todos os Srs. Deputados, Sras. Deputadas que eu já tenho mais de 32 assinaturas, já consegui as assinaturas para protocolar a CPI. Até que conseguir as assinaturas não foi tão difícil, porque fiz o meu trabalho ali ombro a ombro e já tenho as assinaturas.

O difícil agora é protocolar pelo que está acontecendo aqui nesta Casa, por aquilo que o Donato inclusive já falou, mas a gente ainda tem experiência, esperança de que haja um acordo e a gente possa ter a CPI do Tiroteio do Paraisópolis protocolada.

Bom, eu quero repercutir, Sr. Presidente, a pesquisa do Ipec que foi divulgada no último domingo. Essa foi a primeira pesquisa feita no governo Lula, e havia uma expectativa geral no meio político e na mídia em relação aos seus resultados. E o que a pesquisa revelou?

Revelou que 41% dos brasileiros considera o governo ótimo ou bom. Outros 30, consideram o governo regular, e 24% consideram ruim ou péssimo. Para a pergunta sobre a maneira como o presidente Lula governa o país, os números foram os seguintes: 57% aprovam a maneira de como Lula governa o País, 35% desaprovam e 8% não souberam responder.

A pesquisa também perguntou se os brasileiros confiam no presidente Lula: 53% responderam que confiam no presidente, 43% disseram que não confiam e 4% não sabem ou não responderam.

A meu ver, Sr. Presidente, são números muito expressivos que aprovam o governo, as medidas que este governo vem adotando e a forma como o presidente Lula tem agido para governar o País. Mais importante ainda é que 57% dos brasileiros manifestam confiança no presidente.

Eles confiam em Lula e sabem que o presidente fará o melhor pelo País. Conforme a mídia repercutiu, os números mostram um governo melhor avaliado, com índices de aprovação mais altos que os primeiros meses do governo anterior.

Quero concordar com a avaliação do ministro Flávio Dino. De fato, se forem consideradas as péssimas condições em que a equipe do presidente Lula encontrou o País e a máquina pública, os números se tornam excelentes. Foram apenas três meses de governo.

Nesse curto período, muita coisa já aconteceu, algumas negativas, como a tentativa de golpe e a baderna promovida no dia oito de janeiro por autoridades oficiais do governo anterior. Não fosse a firmeza do presidente e de algumas autoridades, não fosse o seu expressivo apoio popular, o governo poderia ter ruído ali mesmo.

Quero lembrar, ao contrário do governo anterior, Lula não recuou, não se escondeu, tampouco se omitiu diante de situações extremas ocorridas no País. O presidente foi à Amazônia se solidarizar, constatar os problemas e as dificuldades e determinar providências para debelar a fome e a morte causadas pelo garimpo legal contra os ianomâias. Lula interrompeu o seu descanso no carnaval para atuar em conjunto com o adversário político Tarcísio de Freitas na tragédia do Litoral Norte de São Paulo.

Então, não é à toa que esse início do governo do PT tenha índices de aprovação melhores do que o início do governo anterior. Não há omissão, não há palavras grosseiras e desrespeitosas em relação às vítimas. É uma outra postura de solidariedade, de empatia, de cuidado com as pessoas no momento em que elas mais precisam.

Por fim, quero destacar que desde o início do governo o presidente vem denunciando o absurdo da manutenção das altas taxas de juros no País. Aliás, a maior taxa de juros do mundo. E também sobre a necessidade de o Brasil parar de fazer superávit primário.

Vou explicar de forma simples que taxas de juros muito altas prejudicam o crescimento do País, entre outras razões, porque não há investimentos nos setores produtivos capazes de criar novos empregos, mas apenas no mercado financeiro.

Quanto ao superávit primário, em apenas três meses o governo já foi capaz de construir uma alternativa que permita o investimento em políticas sociais que ajudem a resolver os problemas crônicos causados pela desigualdade.

Daqui para frente, é executar as políticas que têm sido marcas do PT, agora reforçadas por aliados igualmente comprometidos com a construção de um Brasil mais justo, democrático e inclusivo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - GILMACI SANTOS - REPUBLICANOS - Obrigado, deputado Reis. Com a palavra o nobre deputado Luiz Claudio Marcolino.

O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT - SEM REVISÃO DO ORADOR - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, funcionários e funcionárias da Assembleia Legislativa, população que nos acompanha pelo plenário e pela TV Alesp.

Sr. Presidente, venho aqui fazer uma reclamação ao nobre deputado da ser encaminhada à Presidência. Muito nos estranha hoje ainda, no dia 21 do mês de março, sermos surpreendidos com uma fila no relógio. Temos um ato aprovado, o Ato 13, de 2023, que disciplina o processo de indicações de CPI, de frentes parlamentares, dos projetos de lei dos deputados.

Foi muito nobre, por parte do presidente anterior, abrir um prazo do dia 15, que é período que inicia a nossa legislatura, até o dia 23, para que houvesse uma ambientação dos deputados que ora chegam nesta Casa. São 40% de novos deputados na Assembleia Legislativa.

É importante essa ambientação no processo legislativo da Assembleia. Mas hoje é dia 21, e nós, antes de ter qualquer outro ato por parte da Mesa, ou ter outro ato por parte da Presidência da Casa, simplesmente, a gente percebe uma fila gigantesca na Assembleia Legislativa, para protocolar os documentos. Quando eu retomo, nesta Casa, agora, nesta legislatura, em todos os cantos que a gente ouve falar, todo mundo fala do Alesp sem Papel, nobres deputados.

Todo mundo fala do Alesp sem Papel. Donato está chegando agora, Reis, Suplicy, Rômulo, Thainara. A Bebel, que já está como deputada. Guilherme, Ediane. A gente percebe que todo mundo só fala desse tal de Alesp sem Papel.

Agora a modernidade chegou à Assembleia Legislativa. Eu fui deputado de 2011 a 2015. O debate das filas, para CPIs. O pessoal dormia, às vezes, da noite do dia anterior para o dia 15, começava a legislatura.